

Lógicas de Resistência das Rádios Comunitárias: as institucionalidades da emissora mexicana *Frecuencia Libre*¹

Ismar Capistrano Costa Filho²

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais.

Resumo

Este artigo defende que as lógicas de resistência constituem as institucionalidades das rádios comunitárias. Para isso, problematizamos o modelo teórico-metodológico de Martín-Barbero que define as institucionalidades a partir das lógicas de mercado. Por meio do estudo de caso da rádio comunitária *Frecuencia Libre*, de San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México, parte de nossa tese de doutorado, deslocamos este operador teórico para as resistências da emissora frente a ausência de regulamentação, de trabalho profissionalizado e de recursos econômicos. Ainda assim, a *Frecuencia Libre* possibilita espaço em sua programação para diversos indivíduos, coletivos, associações e ONGs.

Palavras-chave

Rádios comunitárias; resistências; institucionalidades; usos sociais; México.

Introdução

Martín-Barbero (1998) propõe o estudo das institucionalidades para compreender a relação entre as matrizes culturais e as lógicas de mercado dos meios. Sua proposta teórico-metodológica parte de uma mirada desde a perspectiva dos usos sociais. A comunicação, nesta abordagem, é compreendida como a prática cultural que realiza o trânsito e a apropriação de significados em diversos universos culturais que se desloca. Neste artigo, trataremos especificamente de refletir sobre as lógicas da rádio comunitária *Frecuencia Libre* de San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México, que faz parte de nossa investigação de doutorado. Esta pesquisa, que estuda as rádios zapatistas³, defende que a reflexão sobre

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação para Cidadania do XXXVIII Congresso de Ciências da Comunicação, 4 a 7 de setembro de 2015, no Rio de Janeiro.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), *estudiante husped de Centro Estudios Superiores de Antropología Social (Ciesas)*, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

³ Rádios zapatistas são emissoras de comunidades zapatistas ou que abrem sua programação a este movimento que ficou, segundo Tamara Villarreal Ford e Geneve Gil (DOWNING, 2001), conhecido internacionalmente por ter inaugurado o ciberativismo. Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, formado por indígenas de descendência maya das etnias tsotsil, tsetal, tojobales, zoques e choles, ocupou prédios públicos de seis municípios do Estado de Chiapas no sudoeste mexicano e declarou guerra contra o Exército Federal, reivindicando, na Primeira Declaração da Selva de Lacandón, terra, trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação, liberdade, independência, democracia, justiça e paz. Em defesa destas reivindicações e para evitar ampliar o conflito armado, ativistas de diversos grupos criaram uma corrente global, através da nascente internet, não só mobilizando personalidades públicas de vários países (como o escritor Eduardo Galeano e o cineasta Oliver Stone) e entidades (como a ONU e o Vaticano), mas também quebrando o boicote informativo sobre o assunto das emissoras de televisão mexicanas. As mensagens de apoio ao movimento transmitidas em e-mails, bate-papos e páginas da web, colaborou também levar mais 150 mil pessoas às ruas da Cidade do México que exigiram o fim do conflito. O que levou o Governo Mexicano

os meios livres e comunitários deve deslocar a ideia de lógicas de mercado para lógicas de resistências dado que estes estão às margens das relações econômicas da lucratividade empresarial e do jogo político das autorizações legais. Assim, neste artigo, é possível perceber a exclusão que o processo de regulamentação submete às rádios comunitárias mexicanas, assim como ocorre no Brasil.

Para utilizar a metodologia histórico-estrutural das institucionalidades dos usos sociais, apresentada no item seguinte, foi necessário realizar entrevistas semiestruturadas com gestores e apresentadores dos programas da emissora. As mesmas aconteceram durante três imersões da investigação em Chiapas, realizadas em julho de 2013, janeiro de 2014 e julho de 2014. Nas entrevistas, buscamos resgatar não só a história da emissora, mas também agência e o universo cultural de seus produtores. Realizamos ainda, durante o trabalho de campo, gravações da programação da emissora para utilizarmos, neste artigo, como parte da compreensão dos reflexos destas lógicas na veiculação e estruturação das mesmas. Por fim, pesquisamos o sistema de regulamentação da radiodifusão mexicana e a história dos meios livres e rádios comunitárias no México, através de bibliografia acadêmica, publicação de periódicos e de documentos de associações, organizações não governamentais (ONGs) e coletivos de comunicação.

O presente artigo está estruturado em quatro partes. A primeira apresenta os pressupostos teóricos das institucionalidades dos meios propostas por Martín-Barbero. Em seguida, fazemos uma rápida descrição histórica das rádios comunitárias e livres no mundo e no México para compreendermos o atual sistema legal de radiodifusão e diferenciarmos emissoras livres, piratas e comunitárias. Na terceira parte, apresentamos a história e as lógicas de resistências da rádio *Frecuencia Libre* para, por fim, tecermos algumas considerações finais.

1. Institucionalidades nos usos sociais dos meios

As lógicas de mercado da institucionalidade dos meios, para Nilda Jacks (2008, p. 35), podem ser pensadas em “(...) duas ordens contrapostas: o regime estatal, que concebe os meios como serviço público, e o regime de mercado, que converte a liberdade de expressão em comércio”. Conforme Veneza Ronsini (2012), neste aspecto, deve-se considerar

declarar cessar fogo unilateral e iniciar os Diálogos de Paz de San Andrés. Mesmo não conseguindo o acordo desejado, as comunidades zapatistas contam atualmente com autonomia política, possuindo, além do próprio governo, sistema de saúde, escolas e meios de comunicação. Há três emissoras comunitárias controladas diretamente pelas comunidades zapatistas, transmitindo em FM, localizadas em algum lugar de Los Altos, Selva Lacandón e Selva da Fronteira. Outras emissoras, como Rádio Zapote da Cidade do México e *Frecuencia Libre* em San Cristóbal de Las Casas - cidade onde concentra ativistas que defendem os zapatistas, abrem espaço para notícias, programas e músicas destas comunidades.

também as questões da mundialização da cultura e da crise das instituições. Assim, se faz necessário colocar, nesta relação entre privado e público, além da internacionalização da economia que enfraquece não só as fronteiras e os mercados locais, o poder estatal por sua carência de legitimidade, seja o enfraquecimento de sua atuação social seja por sua submissão a interesses econômicos empresariais. Para conhecer a realidade da *Frecuencia Libre*, também consideramos às contradições sociais, as subversões e resistências a este mercado, gestados não só pela exclusão social dos povos originários da região de Chiapas, Estado mais pobre do México, mas também pelas organizações e lutas por transformações sociais que buscam um mundo mais justo.

O pesquisador mexicano Enrique Sanchez Ruiz (2000, p. 56) propõe, para analisar as institucionalidades, um enfoque histórico-estrutural que “tenta descrever, explicar e compreender o fluxo de acontecimentos sócio-históricos a partir da articulação complexa e cambiante entre a biografia, as instituições e as estruturas sociais (...)”. Esta abordagem multidimensional encontra-se na encruzilhada de diversas disciplinas acadêmicas como história, política, economia, sociologia e antropologia. No caso específico das rádios zapatistas como emissoras não autorizadas pelo poder estatal, deve-se pensar as tensões entre a resistência e a perseguição, o mercado e a sustentabilidade, a autonomia e a globalização e os conceitos e as práticas dos meios livres e das rádios comunitárias.

A primeira configuração necessária para analisar as lógicas de mercado é a compreensão do sistema legal do rádio no México. Por radiodifusão sonora, entende-se a transmissão de sinais elétricos em ondas hertzianas moduladas numa determinada frequência e decodificados como sons nos aparelhos receptores. No México, tal atividade é regulada pelo Estado Federal, através do Instituto Federal de Telecomunicações (IFT). Conforme a *Ley Federal de Telecomunicaciones e Radiodifusión* de julho de 2014, há quatro tipos de autorizações para transmitir os sinais radiofônicos, chamadas de outorgas: as concessões para uso comercial, para uso público (órgãos governamentais), para uso privado (experimentos, testes e comunicação direta limitada) e para uso social (entidades comunitárias e povos indígenas). Gisele Ortrawiano (1985) classifica este sistema legal como misto, pois pode transmitir tanto emissoras de órgãos públicos como de instituições privadas, diferenciado do sistema monopolista, quando só emissoras estatais podem transmitir e do sistema privado, que há só estações de instituições particulares.

2. Rádios livres, piratas e comunitárias

No entanto, desde as primeiras experiências de radiodifusão já havia grupos que contestavam as legislações radiofônicas. Peter Burke e Asa Briggs (2004) relatam que os primeiros civis a se apropriarem da tecnologia radiofônica, chamados de radioamadores, questionaram, nos Estados Unidos, a Lei do Rádio sancionada em 1912, a qual restringia suas transmissões a ondas de 200 metros, e, na Inglaterra, a necessidade de licença dos Correios para realizarem suas emissões. Já as estações radiofônicas sem autorização do poder concedente têm como percussora a Rádio Sutatenza em 1947 na Colômbia, uma emissora criada por um sacerdote para oferecer educação básica integral aos camponeses. A iniciativa foi seguida pelo movimento das rádios mineiras na Bolívia e das piratas na Inglaterra. As primeiras nascem após a Revolução do Chaco⁴ em 1952, tendo a Rádio Bolívar como a pioneira a difundir a experiência deste movimento. Emissoras, como a Voz do Mineiro na Mina Siglo XX, serviam para organizar os mineradores, uma das principais atividades econômicas do país na época e atenuar o isolamento de minas distantes das cidades. Em oposição ao movimento destas rádios, os grupos conservadores bolivianos agiram em duas frentes: a criação de suas próprias emissoras, como a Rádio Sucre, e a interferência nas frequências das estações mineiras, obrigando-as a constantemente mudarem de canal e criando uma guerrilha eletrônica, assim como acontece hoje em várias regiões, inclusive em San Cristóbal de Las Casas, município onde está localizada a *Frecuencia Libre*. Com a decadência da produção mineradora e o golpe militar da década de 1980, estas rádios começaram a extinguir-se, no entanto, inspiraram a Rádio Rebelde de Cuba que transmitia contrainformações às versões do Governo de Fugêncio Baptista e notícias e músicas da revolução comunista liderada pelos irmãos Fidel e Raul Castro e por Che Guevara na ilha caribenha que, por sua vez, inspiram alguns meios livres mexicanos, como a rádio zapatista homônima, principalmente, em sua programação musical.

Já na Inglaterra, no final da década de 1950, surgem as rádios piratas. Instaladas em navios na zona ultramarina, onde a legislação de radiodifusão não vigorava, lançavam suas ondas para o continente a fim de conquistar, sobretudo, o público jovem, tocando o nascente Rock'n'Roll e tendo uma locução descontraída. As emissoras rompiam com o padrão comportado e “engessado” das rádios oficiais à época pertencentes, na Inglaterra, ao Governo britânico que possuía o monopólio legal do setor. Além desta emissora,

⁴ Foi um período de mudanças sociais, de 9 de abril de 1952 a 4 de novembro de 1964, lideradas pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN), que governou por 12 anos a Bolívia, promovendo reformas políticas que possibilitaram o sufrágio universal, e reforma agrária transformando o desenvolvimento econômico, político e social do país.

destacaram-se no Mar do Norte as rádios Rádio Merkir transmitindo para a Dinamarca, Nord para Suécia, Verônica para Holanda e Atlanta para Inglaterra. De acordo com Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão (1987), estas estações se caracterizam como rádios piratas porque, mesmo não tendo outorgas, não buscavam explicitamente a democratização da comunicação, mas, assim como as rádios comerciais, visavam principalmente à obtenção de lucros, “saqueando” o mercado publicitário. Desde este episódio histórico, os meios livres costumam opor-se às rádios comerciais não autorizadas, chamadas de piratas, posição assim herdada pelos meios livres mexicanos. Leonardo Toledo, locutor e membro do coletivo da *Frecuencia Libre*, diferencia, desta maneira, esta emissora das demais não autorizadas. Segundo ele, *Frecuencia Libre* presta um serviço público, enquanto as várias piratas que existem em San Cristóbal de Las Casas, buscam o lucro. Em julho de 2014, verificamos, no Centro do município, 19 emissoras sem autorização, sendo, ao menos quatro com veiculação de anúncios publicitários que, segundo o locutor da *Frecuencia Libre* Gamey Valera, são controladas por um só jovem conhecido como *pájaro loco*. As outras tinham programação religiosa, católica ou protestante.

No México, a experiência de emissora não autorizada precursora foi, em 1955, a rádio em Ondas Curtas da Escola Radiofônica de Tarahumara. Conforme Mendez Rosas (2005), no final da década seguinte do fenômeno das rádios piratas europeias, as estações das escolas radiofônicas se proliferaram com o objetivo de utilizar a tecnologia para transmitir educação integral básica para os camponeses, principalmente indígenas, seguindo o modelo da rádio colombiana Sutatenza e tendo apoio do Fomento Educativo e Cultural, uma organização criada e gerida pelos jesuítas. Em 1965, a Rádio Huayacocotla de Veracruz inicia suas transmissões em OC buscando combater a falta de educação que, para eles, era a fonte do subdesenvolvimento, da pobreza e da injustiça. No mesmo período, também em Veracruz, um grupo de jovens transforma um transmissor de um velho navio na Rádio Teocelo. Com apoio da população local e do Fomento Educativo e Cultural, ligado na época à Universidade Iberoamericana, tornaram a emissora numa estação educativa. As rádios mexicanas sem autorização legal passaram, na década de 1970, a sofrer uma instabilidade nas transmissões devido à perseguição e constantes fechamentos realizados pelos órgãos de fiscalização. Para sobreviver à repressão, intensificaram a participação popular na programação e, na década de 1990, se engajaram na defesa dos camponeses contra o abuso de caciques e fazendeiros. Além da repressão, o Governo Mexicano reagiu contra a expansão das escolas radiofônicas com a criação das rádios do Instituto Nacional

Indigenista (INI) em 1979. Foram instaladas 20 estações localizadas em 15 estados, tendo como objetivo propagar versão governamental da cultura indígena.

Nas experiências recentes de rádios sem autorização legal no México, segundo Feldman (2008), se destacam a Rádio Axocotzin em Tlaxcalancingo originada em 2008 como resposta à expropriação de terrenos comunitários; a Rádio Plantón da Cidade de Oaxaca, criada no mesmo ano, para cobertura do movimento da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca de ocupação de prédios públicos em defesa de professores grevistas e a Rádio Totopo, no ar desde 2005, fortalecida pela luta contra os prejuízos a fauna causados pela produção de energia eólica em Juchitán. Já as experiências de emissoras sem autorização, destacada pelo *Centro de Medios Libres de México*, são a Rádio Zapata que, em 1994, transmitia as mensagens do EZLN durante o levante a partir de algum lugar de Chiapas; a Rádio Zapote, fundada em 2001, na Cidade do México, para dar cobertura a Marcha da Cor da Pele dos zapatistas e as Rádios Insurgente, emissoras zapatistas que transmitiam em OCs e em FM, desde locais desconhecidos da Selva Lacandón, de Los Altos e da Selva da Fronteira, veiculando as informações do movimento para o país e para o mundo.

De todas estas emissoras citadas, apenas as rádios de Tarahumara e a Zapata não mais transmitem, as demais, mesmo tendo sofrido mudanças – como as Rádios Insurgentes transformadas em emissoras das comunidades locais – resistem num ambiente de repressão, hostilidades e batalhas legais. Nos últimos anos, a Associação Mundial de Rádios Comunitárias no México (Amarc México) relata violências e ameaças contra as emissoras sem autorização e seus comunicadores como a ameaça de morte de Arabella Jiménez da *La Voladora Rádio* de Amecameca em dezembro de 2006; o ferimento a tiro de Abel Sánchez Campos da Rádio Emilio Santiago na comunidade de San Antonio em janeiro de 2007 e o alvejamento a tiros da casa de Melesio Melchor Ángeles da *Zaachia Rádio* na cidade Zaachia em 2008. Já as principais violações contra as emissoras envolvem a *Rádio Plantón* que teve seus equipamentos apreendidos e três de seus locutores presos em junho de 2006; a *Rádio Tierra e Libertad* que teve seus materiais detidos pela Polícia Federal em Monterrey em 2007 e a *Rádio Totopó* que teve seu estúdio invadido por militares da Marinha que levaram seus equipamentos em Juchitán em 2014. Outra forma de perseguição às emissoras sem autorização é a interferência em suas frequências, assim como nas rádios mineras bolivianas. Como não possuem proteção legal pela falta de concessão pública, estas rádios são obrigadas a trocar de frequência como faz constantemente a Rádio *Tierra e Libertad* de

Monterrey ou resistem na mesma sintonia, mesmo tendo o alcance de seu sinal diminuído, como o caso da Rádio Zapatista Rebelde de Oventik.

Outra forma de combate às rádios não autorizadas é o controle da legislação que dificulta ou as impede de regularizar-se. A Lei Federal de Telecomunicações e Radiodifusão promulgada em julho de 2014, que pela primeira vez reconhece as rádios comunitárias e indígenas como emissores de uso social, traz, para o advogado Luis Fernando García, que conduz demandas judiciais de dez emissoras de Oaxaca contra a nova legislação, desrespeito aos direitos dos povos originários. Ele denuncia que “no caso específico dos povos indígenas, se atenta contra sua seguridade jurídica e contra o direito destes povos de ter meios de comunicação próprios, garantidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos”⁵. Para ele, estas comunidades não devem necessitar de autorização estatal para operar suas rádios. A Amarc México se pronunciou também contra a previsão da Lei de confiscar, sem o devido processo judicial, os equipamentos das estações não autorizadas. Segundo a entidade, é uma sanção desproporcionada. Outra medida que restringe a atuação das emissoras de uso social é a limitação das fontes de financiamento. Além de doações da comunidade e de organizações sociais e da comercialização de gravações, estas rádios só podem veicular publicidade estatal, o que pode torna-las assim dependentes dos governos, dificultando a pluralidade política e a diversidade cultural em suas programações e gestão.

A nova legislação foi aprovada num ambiente conflituoso onde os interesses dos grandes conglomerados de radiodifusão foram preservados. Enquanto emissoras de uso social ficaram limitadas a 10% do espectro, não há restrição às comerciais. As disputas revelaram a condução hegemônica dos empresários da radiodifusão no processo de elaboração da Lei, que exerceram pressões sobre a coalização de partidos (PRI⁶, Verde e PAN⁷) que aprovaram a legislação e sob o Governo do Presidente Enrique Peña Nieto do PRI, partido que se manteve durante 75 anos no poder e retornou na eleição de 2012, depois de dois mandatos governados pelo PAN. Segundo Ford e Gil (DOWNING, 2001), para ficar tanto tempo no poder, o Partido contou com o apoio irrestrito da Televisa, considerada o “Ministério da Cultura” não oficial do México. A nova lei reflete não só a continuação da aliança, como também as articulações entre Governo e os conglomerados de radiodifusão, em troca da predominância da agenda de notícias e das versões dos fatos favoráveis aos governantes. Mesmo que não represente um controle monolítico das opiniões dos públicos,

⁵ Jornal La Jornada, 14 de outubro de 2014, p. 18, Cidade do México.

⁶ Partido Revolucionário Institucional.

⁷ Partido de Acción Nacional.

a manobra possibilita o fortalecimento dos discursos hegemônicos e a criação e consolidação dos blocos dominantes. De acordo com a Amarc México (2008, p. 7), “96% do total dos canais de televisão comerciais estão em mãos de duas famílias. Das rádios, 86% estão em mão de 13 grupos empresariais (...)”.

Já as emissoras sem autorização do poder concedente e sem fins lucrativos atuam contestando, criticando e contrapondo-se a concentração dos meios e resistindo às perseguições e à falta de recursos financeiros. Estas rádios são denominadas, por Alindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão (1987, p. 32), de rádios livres que, além de questionar as restrições legais para transmitir, buscam romper com o oligopólio dos canais nas mãos de grupos privilegiados política e economicamente. Surgem a partir da reação de excluídos dos meios de comunicação, concentrados nas mãos de famílias, empresas ou governos que buscam impor discursos sociais alinhados a seus interesses. Para os autores, a rádio livre é muito mais do que só uma contestação ao sistema legal de radiodifusão, deve ser espaço para “invasão” por qualquer ouvinte, possibilitando “(...) dar a palavra a interlocutores menores (...) introduzir, nas antenas, a palavra viva, cheia de força, indecisão e desejo”. Deve representar ruptura assim também com a dinâmica de construção de sentidos sociais dos meios pertencentes aos grupos hegemônicos, multiplicando as vozes e versões e horizontalizando as decisões. Segundo Jonh Downing (2004), as rádios, por ele, denominadas de mídia radical, têm características semelhantes: a ruptura com o controle hegemônico das informações e opiniões pelas indústrias culturais; a sensibilidade às vozes e aspirações dos excluídos; a independência ao poder estatal e religioso e o papel inovador.

Por outro lado, Cicília Peruzzo (2004, p. 128) chama a atenção para a idealização destas experiências. Segundo a autora, nem sempre as rádios livres são expressões de um contexto de luta, veículos de conteúdo crítico-emancipador, espaço de expressão democrática, instrumento das classes subalternas ou protagonismo popular. “Essa postura de opor os meios populares aos massivos sofreu uma profunda revisão (...). Apesar de serem campos de conflitos e terem suas especificidades, sob a ótica do receptor não se estabelece esse antagonismo”. Além disso, Peruzzo alerta que muitos meios massivos incorporaram a linguagem dos meios populares – e vice-versa - e vários grupos contra-hegemônicos passaram a ocupar espaços nas programações dos meios massivos. Há ainda uma reprodução, em muitos meios de grupos contra-hegemônicos, de relações verticais e centralizadora, seja pela atuação de lideranças autoritárias que tentam perpetuar-se no poder, seja pela cultura de acomodação que dificulta a participação na gestão, produção e

conteúdo destes meios. Peruzzo especifica, no campo dos meios livres, as rádios comunitárias, estações que lutam para, assim como as emissoras livres, romper com a concentração dos meios nas mãos de grupos hegemônicos.

A diferença entre a classificação destas experiências como comunitárias ou livres reside na questão legal e na definição de comunidade. As rádios comunitárias podem estar legalizadas, existindo em muitos países, como no México, previsão para isso, enquanto as livres se contrapõem ao sistema legal de radiodifusão, não possuindo autorizações do poder estatal. Já a definição de comunidade é uma discussão enraizada desde nas primeiras discussões sociológicas. De acordo com Raquel Recuero (2002), o primeiro autor a conceituar o termo foi Ferdinand Tönis que a opunha a sociedade. Enquanto comunidade (*Gemeinschaft*) representava as relações sociais baseadas em laços afetivos, costume e religião nas famílias, aldeias e vilas, a sociedade (*Gesellschaft*) era a deturpação da mesma nos grandes aglomerados urbanos, sendo baseada em relações frias, mecânicas e egoístas em metrópoles, estados e mundo. Emile Durkheim segue a definição de Tönis, no entanto discorda da ideia de sociedade como deturpação das relações comunitárias, sendo, para o sociólogo francês, uma evolução natural. Max Weber, por sua vez, conceitua comunidade e sociedade como ações sociais. Para ele, estas organizações não se excluem, havendo comunidades nas sociedades. A ação social comunitária é fundada numa relação emocional, afetiva ou tradicional de laços de pertencimento, compreendidos como o reconhecimento da ligação mútua entre os membros. Recuero mostra ainda que, segundo Beamish, há dois significados para esse sentimento fundador da comunidade: o de compartilhar um mesmo lugar físico, como a vizinhança, bairro, vila ou cidade ou o de ter interesses comuns, seja profissionais, sociais ou religiosos. Este último forma comunidades baseadas em relações espirituais. “(...) propostas comunitárias que têm por princípio a comunhão e a partilha entre os indivíduos. Altera-se o conceito tradicional de comunidade, especialmente no que se refere ao vínculo com o território (...)” (PAIVA, 2003, p. 65). Não é a institucionalização, mas o pertencimento que forma uma comunidade que, mesmo não sendo reconhecida juridicamente, pode existir com uma organização básica que possibilite a permanência e os laços entre seus membros. Recuero sintetiza as características da comunidade, a partir do estado da arte que ela desenvolve sobre o assunto, em grupo social que possui um projeto em comum, um caráter corporativo de mútua defesa, a permanência em frequentes encontros, as formas de comunicação para garantir as trocas de autodefinição e mútuo reconhecimento e os laços de pertencimento já expostos.

As comunidades baseadas em interesses comuns se fortalecem, para Raquel Paiva (2007, p. 72) com o avanço dos dispositivos informacionais que “(...) transformam os pré-requisitos de contiguidade e distância em variáveis de importância cada vez menor, fazendo com que as relações humanas prescindam do espaço (...)”. Desta maneira, a comunicação comunitária torna-se fundamental para aproximar os distantes e criar solidariedade, cooperação, mobilização e organização em relações de localidade ou de interesses comuns. Uma maior força política, melhor poder de barganha e impacto social podem ser uma conquista da comunidade com o uso destes meios como jornais de bairro, murais, carro volante, vídeo popular, páginas na internet, rádios comunitárias, entre diversas outras invenções criativas. O processo de construção de um meio comunitário nem sempre é linear, isto é, surgindo do despertar da comunidade para a necessidade de tê-lo para fortalecer-se. Por vezes, pode ser uma iniciativa isolada de algum aficionado na tecnologia dos meios que posteriormente conquista a participação e o engajamento mais amplo.

As rádios comunitárias, para Márcia Vidal Nunes (*in* PAIVA, 2007, p. 95), são assim caracterizadas “pela participação popular em sua administração, na elaboração da programação e na pluralidade cultural, representando, assim, as mais diversas tendências presentes num grupo social”. Segundo Cicília Peruzzo (2004), há diferentes níveis de participação. O primeiro se dá nas mensagens que trazem sugestões da comunidade, como avisos, pedidos musicais, recados e alô. É uma participação restrita às decisões editoriais já tomadas pela direção dos meios e amplamente utilizadas na comunicação massiva, principalmente, para legitimar uma pretensa popularidade. Já a participação na produção de conteúdos permite, através de capacitações, seja em oficinas seja na convivência cotidiana, dos receptores que assim passam a produzir material a ser veiculado ou publicado nestes meios. Nos níveis mais aprofundados, está a participação no planejamento, quando, através de conselhos, encontros ou reuniões, a comunidade pode sugerir ou modificar a atuação do meio, e a participação na gestão, quando a direção dos meios é escolhida e está subordinada a assembleia da comunidade.

Participar, na perspectiva de política agonística de Chantal Mouffe (1990), é pulverizar as hegemonias, tornando-as mais fluídas e instáveis, dando visibilidade a uma diversidade maior de discursos que tornem mais evidentes os conflitos inevitáveis e acordos necessários. A comunidade, nesta situação, tem uma configuração mais cambiante e possivelmente mais engajadas a partir do reconhecimento da corresponsabilidade de todos, que possuem voz e poder de decisão. Os meios comunitários não só devem ressoar esta

configuração, mas se tornam espaços destes conflitos, acordos e articulações. No caso da rádio analisada, pode-se perceber pulverização das hegemonias na *Frecuencia Libre*, dado que o coletivo que a controla possui diversos interesses, seja do grupo político ligado aos zapatistas, seja dos produtores culturais engajados com as promoções artísticas locais, seja dos cidadãos interessados em sua liberdade de expressão e no direito social à informação⁸.

3. *Frecuencia Libre*: rádio livre e comunitária

As lógicas de meio livre e rádio comunitária podem ser percebidas na *Frecuencia Libre* que rompeu, em San Cristóbal de Las Casas, com uma exclusão de 30 anos, tempo que somente existiram duas emissoras autorizadas: a rádio estatal Uno (AM 1100 Khz), e a comercial WM (AM 690 Khz). A veiculação da *Frecuencia Libre*, conforme Leonardo Toledo, causou frisson na cidade. Divulgada por panfletos distribuídos nas ruas e pelos taxistas que a ouviam e multiplicavam sua escuta, o crescimento da audiência levou a rádio comercial WM a denunciar a *Frecuencia Libre* por concorrência desleal e uso de frequência não autorizada no Ministério das Comunicações e Transportes. A fiscalização fechou a emissora. Para resistir à perseguição, a emissora passou a funcionar nas casas dos membros do coletivo, mudando-se semanalmente. Entre buscar a legalização, defendida principalmente pelos ativistas culturais, ou resistir como meio livre, proposta dos militantes zapatistas, o coletivo decidiu pela última opção refugiando-se, em 2004, num espaço ocupado pelo zapatismo no centro histórico de San Cristóbal de Las Casas e contando com manifestações de apoio da comunidade. Desde então, ficaram protegidos e não foram mais incomodados. Para Toledo, “(...) se supõe que (a invasão) a esse lugar seria como uma declaração de guerra desnecessária”⁹ aos zapatistas. Assim o princípio de rádio livre, independente do Estado prevalece na emissora.

Já a gestão é realizada pelo coletivo *Frecuencia Libre* que tinha, em julho de 2014, 13 membros, entre representantes de grupos e indivíduos. Como explica Jaime Zlittler, do coletivo Koman l’el que possuía programa e participava da emissora até fevereiro de 2014, eles se reúnem mensalmente para avaliar, ratear os custos e tomar decisões. Mesmo buscando acordos, os dissensos não são raros, alguns inclusive persistem, como por

⁸ A Liberdade de Expressão é um conceito definido em diversas lutas sociais de distintos momentos históricos e presente em várias legislações que na Declaração Universal dos Direitos Humanos está prevista no artigo 19 como: “o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Já o Direito Social da Informação foi definido pela Unesco, através do Relatório MacBride, publicado em 1980, que denunciou a concentração no fluxo de comunicação nos países desenvolvidos, como o direito de receber informações plurais e transmitir suas informações locais.

⁹ Entrevista concedida em 23 de julho de 2013 em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre do pesquisador.

exemplo, a posição sobre a nova Lei de Telecomunicações e Radiodifusão. Gamey Varela, também membro do coletivo, afirmou que propôs que a rádio busque sua concessão de uso social. Novamente as discussões inflamaram e diante da falta de acordo, a decisão foi adiada.

Apesar de serem de diferentes lugares de San Cristóbal de Las Casas, de diversas áreas de atuação e várias orientações políticas, os membros do coletivo constroem, ainda que num ambiente conflituoso, um sentimento de pertencimento ao interesse comum de manter *Frecuencia Libre*, como um meio livre e espaço de voz dos excluídos. O entrave para ser uma rádio comunitária, constituída pela livre adesão, é a restrição para fazer parte da mesma. O critério é ter a indicação de algum membro pertencente ao coletivo e fazer um projeto de programa. Leonardo Toledo explica que as propostas de filiação foram sempre aceitas e a exigência da indicação é uma questão de segurança, pois a emissora é um alvo potencial das ações de fiscalização do Governo para fecha-la e da contra-insurgência que podem ser desde a espionagem até a sabotagem. Num ambiente de hostilidades e conflitos deste nível, as relações comunitárias inevitavelmente se desgastam, muitas vezes, aproximando-se de guetos fechados. A *Frecuencia Libre* busca evitar isso, de acordo com Toledo, a partir da transparência em seus critérios de participação na gestão e produção. Há, na emissora, articulações, mesmo que limitadas, entre diferentes grupos, alguns que criticam outros, como os coletivos e as ONGs. Esse paradoxo entre aproximações e segurança permeia o ambiente de guerra de baixa intensidade¹⁰ e alimenta uma questão de nossa pesquisa de doutorado: até que ponto são possíveis articulações comunitárias em conflitos armados?

Perceber-se que as lógicas de produção dos meios livres e rádios comunitárias zapatistas analisadas, a partir dos dados colhidos no campo e da análise histórico-estrutural, se caracterizam como resistências, compreendidas, segundo Martín-Barbero (2004), como experiências de reelaboração dos meios pelos oprimidos. A primeira resistência está nas táticas de existir mesmo em situações de perseguição pela falta de autorização do poder estatal: buscar abrigo em locais protegidos, escondidos ou mudar constantemente de endereço são saídas encontradas para conviver com estas condições. Em seguida, há uma resistência contra as ameaças seja da guerrilha eletrônica de interferir nos canais seja do

¹⁰ Conforme o filósofo A. Virillo (ARELLANO; OLIVEIRA, 2002), após o cessar fogo do governo em 1995, por limitações legais e estratégicas, o Governo Mexicano tem apostado em ações de contra-insurgência que vão desde tentativas de cooptação, intimidação e deslegitimação de lideranças rebeldes até ataques de grupos paramilitares.

ataque, da espionagem e da sabotagem. Para isso, as emissoras optam por um relativo isolamento de grupos e pessoas desconhecidas. Ao mesmo tempo que as rádios zapatistas, como a *Frecuencia Libre*, se fecham por questões de segurança, seu conteúdo busca irradiar uma mensagem de inclusão dos diferentes. Outra resistência localiza-se na contraposição à lógica de mercado predominante baseada na audiência e na venda publicitária que permeia não só os espaços exclusivos, mas o próprio conteúdo editorial dos meios massivos. Ao invés de articulações com os grupos econômicos e políticos para o desenvolvimento das mesmas, a *Frecuencia Libre* busca a solidariedade para sobreviver. Além do trabalho voluntário para manter-se, a rádio conta com o apoio de pessoas e coletivos, como o Centro de Mídia Independente (CMI), o *Koman I'lel* e o *Promedios*. Este último conseguiu a doação do transmissor da *Frecuencia Libre* por ativistas ingleses que mandaram as peças do mesmo separadas, para evitar apreensão, através de um navio mercante da Europa ao México. Ainda assim, as emissoras sofrem com problemas técnicos e financeiros. A *Frecuencia Libre* nem sempre consegue iniciar sua transmissão às 9 horas porque o voluntário responsável de ligar os equipamentos, por vezes, está impossibilitado dado que necessita realizar no horário outras atividades remuneradas para seu sustento. Esta situação confirma que, como defende Martín-Barbero, as resistências como terrenos de lutas e, por isso, de instabilidades sociais.

Esta lógica de resistência se reflete numa programação diversa na *Frecuencia Libre* e, ao mesmo tempo, fragmentada. Em julho de 2014, a emissora possuía, conforme Leonardo Toledo, 15 programas, cada um de um coletivo, associação, ONG ou pessoa diferente. A falta de programas diários alarga o contato dos ouvintes com os locutores e o conteúdo destes, possuindo assim uma temporalidade diferenciada das rádios comerciais que tem a maior parte de programas apresentados todos os dias para fidelizar e familiarizar a audiência. A *Frecuencia Libre* possui programas apresentados ao vivo em apenas 26 horas das 70 horas transmitidas (9h às 22h de segunda a domingo), concentrando-se principalmente no sábado e depois das 17h nos dias úteis da semana, horários considerados no rádio comercial menos nobre, pois a audiência radiofônica se concentra principalmente nas manhãs. O restante dos horários toca músicas variadas, alternadas de campanhas educativas ou de mobilização, promovidas por movimentos sociais. Segundo Leonardo Toledo, não há uma política editorial para as músicas executadas. “São canções que os

movimentos trazem e colocamos para tocar aleatoriamente”¹¹. Geralmente as músicas tocadas são, principalmente, rock britânico e estadunidense da década de 70 e tradicionais latinas, como francesas, portuguesas, argentinas e brasileiras, inclusive alguns clássicos da Música Popular Brasileira (MPB).

A falta de política editorial musical, de programas diários e no horário das manhãs reflete, conforme Leonardo Toledo, a organização da emissora que, como possui escassos recursos, conta apenas com o trabalho voluntariado. “Como as pessoas possuem empregos no horário comercial, só têm o final da tarde e o final de semana para apresentar os programas”¹². Mesmo com essas dificuldades, a *Frecuencia Libre* possibilita a participação de grupos de gênero no programa *Fuera Máscaras* do coletivo homônimo, Hijas Lilith do Coletivo Feminista Mercedes Oliveira (Cofemo) e *Mujeres Ojos Grandes* apresentado pela ativista Claudia; de música alternativa no *Hip hop*, apresentado por dois rappers indígenas que tocam músicas compostas por eles, em *Y nos caminos nos encontramos* de música latino-americana, Panorama com novidades musicais e no *Karmantra* de rock metal; de zapatistas e aderentes em *La Hora Sexta* e *Objetos Prohibidos*; de ativistas artísticos no Sinestesia sobre Música e Cine com Noé, no Debate Cultural com Leonardo Toledo e no Café Bohemio com trova e poesia por Manoel; e de notícias alternativas em *Hablemos Chiapas* do coletivo homônimo e em *Espacios Esperanza* da ONG Imdesac.

Considerações Finais

A presente investigação sobre a rádio comunitária *Frecuencia Libre* revela que o discurso público da emissora está excluído da lógica de mercado e da regulamentação estatal, não só por não possuir autorização legal, mas também pela própria posição política do coletivo da emissora. Diferente das rádios comerciais, a programação da *Frecuencia Libre* está baseada no trabalho voluntariado e na participação dos coletivos, associações, ONGs e ativistas que cotizam os custos, dividem os trabalhos e raramente recebem doações. Esta lógica altera o conteúdo e os formatos da emissora. Ao invés de programas diários que se repetem todos os dias, tendo as principais atrações pelas manhã, horário de maior audiência, a emissora possui programas semanais principalmente pela tarde e nos sábados. No lugar de uma política editorial, baseada nos sucessos musicais e em programas voltados para a venda publicitária, para os interesses dos anunciantes e dos grupos políticos que apoiam as

¹¹ Entrevista concedida em 23 de julho de 2013 em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre do pesquisador.

¹² Entrevista concedida em 23 de julho de 2013 em San Cristóbal de Las Casas. Tradução livre do pesquisador.

relações estatais da rádio, a *Frecuencia Libre* abre espaço para grupos excluídos dos meios massivos. Tal situação fragmenta a programação que toca músicas aleatoriamente, não possui um sequência de programas, sofre interrupções por dificuldades financeiras e a faz trabalhar escondida num local protegido. Também nos leva a questionar qual a relação da emissora com os ouvintes geralmente acostumados com a lógica comercial, algo que investigado na tese de doutorado, da qual este artigo compõe apenas uma parte.

A partir desta observação, confirmamos que é necessário, para utilizar a metodologia das institucionalidades dos usos sociais dos meios de Martín-Barbero (1998) em meios comunitários e livres, fazer um deslocamento do operador conceitual lógicas de mercado para lógicas de resistência, pois estes meios estão marginalizados dos investimentos económicos da publicidade comercial e estatal e da protecção legal do Estado. No lugar disto, resistem através de táticas dos excluídos.

Referências bibliográficas

- AMARC (Asociación Mundial de Radios Comunitárias en México). **Rádios comunitarias en contextos de conflicto**. Ciudad de México. Púrpura, 2008.
- ARELLANO, A. B.; e OLIVEIRA, A. U. **Chiapas: construindo a esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma História Social da Mídia**. De Gutenberg à Internet. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 2006
- DOWNING, J. **Mídia Radical**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- FELDMAN, Carlos F. Baca. **Radio comunitária en México. Lucha y clasificación en el espacio mediático**. Razón y Palabra, num. 80, agosto-octubre, 2012.
- JACKS, Nilda; MENEZES, Daiane; PIEDRAS, Elisa. **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre. Sulina, 2008.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios livres: A reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.
- _____. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa, Gradiva, 1990.
- PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2007.
- _____. **O espírito comum**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2003.
- ORTRIWANO, Gisela. **A informação no rádio**. São Paulo. Summus, 1985.
- PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cícilia. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis, Vozes, 2004.
- RECUERO, Raquel. **Comunidades Virtuais: Uma Abordagem Teórica**. BOCC, 2002. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>
- RONSINI, Veneza V. M. **A crença no Mérito e a Desigualdade: a recepção da telenovela do horário nobre**. Porto Alegre. Sulina, 2012.
- RUIZ, Enrique. **Industrias culturales y globalización. Um enfoque histórico estructural**. In OROZCO, Guillermo. **Lo viejo y lo nuevo**. Madrid. Ediciones de La Torre, 2000
- MÉNDEZ ROSAS, Jessica. **La história de una radio que no fue**. Cholula. Universidade de las Américas, 2005 (Dissertação de mestrado).